

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

**TERRITORIALIDADES CONFLITIVAS: AMBULANTES DO CENTRO DE PORTO ALEGRE VERSUS
PREFEITURA/LOJISTAS - UMA ANÁLISE ANARQUISTA**

Daison Da Paz

Boletim Gaúcho de Geografia, 28: 223-233, jul., 2002.

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/40069/26501>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - jul., 2002

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

TERRITORIALIDADES CONFLITIVAS: AMBULANTES DO CENTRO DE PORTO ALEGRE VERSUS PREFEITURA/LOJISTAS – UMA ANÁLISE ANARQUISTA*

*Daison da Paz***

*Enquanto os homens exercem seus podres poderes
morrer e matar de fome, de raiva e de sede
São tantas vezes gestos naturais.*

Caetano Veloso

Resumo

Este trabalho visa a denunciar o discurso criado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, com o intuito de levar a cabo táticas da classe lojista para o domínio territorial-comercial absoluto do centro da cidade, tomado pela atividade dos ambulantes, considerada ilegal.

Além de se levantar a geograficidade desse embate, inventariou-se, também, o caráter histórico do processo de elitização da ocupação do centro.

Por fim, aponta-se a possibilidade de reestruturações territoriais para a efetivação de uma gestão protagonizada pelas classes populares, através da atividade diária dos ambulantes e pelo que estes representam com sua resistência aos poderes instituídos - o estatal e o das grandes corporações comerciais.

Palavras-chave: Anarquismo, Luta territorial, Luta de classes, Identidade, Comércio ilegal, Reestruturação territorial.

* Agradecimentos ao acompanhamento da Prof^ª Rosa Maria Vieira Medeiros e à ajuda técnica de Robson Kipper da Paz.

** Aluno do Curso de Graduação em Geografia/UFRGS. daçaipaz@yahoo.com.br

Abstract

The purpose of this work is to denounce the doctrine created by the Porto Alegre City Hall that promotes the engagement of absolute territorial-commercial domain tactics by the downtown Porto Alegre shop owners. Downtown Porto Alegre, for some time, has been occupied by the informal commercial activities of street merchants that are considered illegal. Besides tracing the geographic qualities of this conflict, the historical aspects of the process, by which the elite have occupied the downtown area, have been inventoried. Finally, the possibility of territorial restructuring is foreseen, creating an effective management environment, steered by popular classes, through the daily and informal activity of the street merchants and their resistance to the established powers – the State and great commercial corporations.

Keywords: Anarchism, Territorial struggle, Class struggle, Identity, Illegal trade, Territorial restructuring.

Introdução

No senso comum academicista, o anarquismo é compreendido como um sistema de idéias surgido no seio da Primeira Internacional Socialista com os seguidores de Bakunin. Na verdade, é praticamente impossível determinar o surgimento das idéias consideradas anarquistas, pois se verifica que essas idéias encontram-se presentes no pensamento de alguns gregos pré-socráticos, em filosofias orientais (como no taoísmo), etc. Justamente por esse caráter difuso, anárquico, é que não podemos considerar o anarquismo como um sistema ideológico fechado e pertencente a um determinado período histórico.

Apesar de reconhecer a importância histórica dos teóricos libertários do século XIX, este trabalho se filia teórica e ideologicamente aos autores contemporâneos como Cornelius Castoriadis, Herbert Marcuse, Wilhelm Reich, Noam Chomski e, principalmente, a Michel Foucault (VACCARO, 2003). Estes, melhor do que muitos anarquistas, conseguiram impregnar suas obras com uma motivação utópica e apontar para práticas e filosofias mais libertárias.

Aqui o anarquismo é tido mais como um estado de espírito, um espírito rebelde, contestatório das ordens vigentes e em luta contra os poderes constituídos. E esse espírito pode ser expresso em diferentes momentos e tomando variadas formas e expressões como na arte, em modos de vida, em movimentos populares, em ONGs, em considerações teórico-metodológico-epistemológicas. Nesse último campo, temos a contribuição de Feyerabend (considerado um dos precursores do pós-modernismo), em cuja introdução do seu livro *Contra o Método*¹

¹ FEYERABEND, P. *Contra o Método*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989. nota 12 da introdução e p. 292-294.

explica sua aproximação ao anarquismo, identificado por ele como um espírito de contestação e irreverência, diferente do anarquismo sério e carrancudo dos militantes. O presente trabalho se baseia nesse espírito (não o de Feyerabend, mas naquele em que ele mesmo procura inspiração) para analisar a formação de uma territorialidade 'ambulante' no centro de Porto Alegre e como esta resiste às intervenções e repressões regulares por parte dos poderes instituídos. Além disso, foi verificada uma certa proximidade desse espírito anárquico com a atuação dos 'ambulantes' – nômade e marginal – e da sua guerra travada contra o Estado e o patronato, lembrando o chavão operário, muito em voga na primeira república brasileira, de "nem pátria nem patrão".

O pensamento libertário ou anarquista vê cada ser humano e/ou grupos societários com uma identidade própria (construída por razões particulares: histórico de lutas, uma comunidade, um território em comum, etc), tendo capacidade e competência suficientes para gerenciar e enfrentar os problemas postos a eles. Sem a necessidade de um representante ou de algum tecnocrata a mando de representações políticas. Essa concepção vai de encontro à idéia de mudança social defendida pela esquerda tradicional e institucional, tanto a marxista-leninista-trotskista de ditadura do proletariado, quanto às novas formas que estas tomaram – aproximando-se do projeto social-democrata – como governo do povo, democrático-popular, socialista, etc (TRAGTEMBERG, 1986, p. 19-35 e 58-64). Grosso modo, umas mais outras menos, tentam utilizar as estruturas de representação política para levar a consciência revolucionária às massas ignorantes, construir um projeto que seja contra-ponto ao concorrente político do momento (um partido, um representante governamental, ou o neoliberalismo, a globalização,...) e onde as desigualdades sociais serão superadas ou serão implementadas políticas de inclusão social².

O socialismo, a revolução ou mudanças sociais profundas na sociedade não se dão por decreto; não são criadas do dia pra noite com a simples mudança de um governo a outro. A verdadeira mudança política vem de baixo e de vários pontos, e não do alto e do centro. A alternativa anarquista é a de fragmentação, da fissão, do embate, da diversidade e não da unidade, do igualitarismo, da sociedade massificada (CASTORIADIS e COHN-BENDIT, 1981, p.40-45)³. Essa busca de sociedades entrecruzadas em que não seja dito às pessoas o que são, o

² Aqui ficam as perguntas: se num programa político se propugna a inclusão social, não teríamos nações inteiras de pessoas, no mínimo, de classe média? E que planeta agüenta milhões de famílias com poder aquisitivo tão alto que possibilite a elas consumir cada nova bugiganga disposta no mercado?

³ CASTORIADIS, Cornelius e COHN-BENDIT, Daniel, *Da Ecologia à Autonomia*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 40-45.

que querem, o que necessitam e como devem viver promove lutas com o objetivo de criar espaços concretos onde a liberdade seja imperativa ou pelo menos uma busca incessante por esta (MAY, 2003)⁴.

A identidade própria – citada acima –, uma identidade sócio-cultural é construída tanto na ocupação de um território, numa territorialização, quanto em lutas para garantir um dado território. Ambos processos se complementam ao sabermos que o território é o certame, o palco para relações de poder, relações de força. E, como tal, palco para a luta, para a guerra.

De acordo com Gonçalves, as classes, uma identidade político-cultural, se constituem nas circunstâncias de luta, construindo um Nós em relação a um Eles (1999, p. 69-71). Somando-se a esta idéia, temos Guattari: “A luta de classes (...) está inscrita através de numerosos estigmas na pele e na vida dos explorados, pelas marcas de autoridade, de posição, de nível de vida; é preciso decifrá-la a partir do vocabulário de uns e de outros (...) ela ganhou o interior de cada um de nós com seu eu, com o ideal de status que acreditamos ter de adotar para nós mesmos” (1981, p. 15).

Entretanto, ao invés de luta usaremos o termo guerra, que talvez expresse mais enfaticamente a situação dos ambulantes. Considerando as seguintes afirmações de Foucault: “O poder pode ser analisado acima de tudo em termos de combate, de confronto e de guerra; o poder é guerra, guerra prolongada, guerra silenciosa, nas (e através das) instituições e desigualdades econômicas, com o intuito de perpetuar relações de força; e a repressão é a prática de uma relação perpétua de força” (FOUCAULT, 1999, p. 176 e 177). Assim podemos apontar os personagens desta guerra: de um lado estão os ‘ambulantes’, grupo de indivíduos e de famílias à procura de uma vida mais digna e autônoma – diferentemente dos camelôs (os cadastrados na Prefeitura) eles são totalmente irregulares não possuem um ponto fixo, não pagam taxas, constituindo uma atividade nômade e marginal; de outro estão os lojistas amparados pelo aparelho de Estado disponibilizado a eles pela administração municipal e estadual.

Ao nos lembrar que na análise do espaço o mesmo tem rugosidades e não é indiferente às desigualdades de poder existentes entre instituições, firmas e

⁴ MAY, Todd, *Pós-estruturalismo e Anarquismo*. In: www.sabotagem.cjb.net/livros/P/pos_estrutura_anarq.pdf [acessada em 10/09/2003] p. 11 e 12.

⁵ Esta seria mais ao nível subjetivo, na formação de uma identidade ‘ambulante’. De qualquer forma eles constroem uniões temporárias para objetivar ações esparsas; alcançado seu objetivo é “cada um pro seu lado”. Talvez esta singularidade de suas ações seja devido a sua atividade nômade, pela pressão diária em torno de seu trabalho e pela incerteza de conseguir um mínimo para sua sobrevivência e de sua família. E estes, talvez, sejam fatores de uma desagregação mais objetiva dos ‘ambulantes’.

homens; Santos (1986, p. 136-140) nos dá a perspectiva teórica de como a política do Estado em confluência com os interesses das classes dominantes locais (no caso os lojistas e os comerciantes) contribuíram para a sustentação do território em questão. Esta conjuntura, num outro momento, provoca a unificação (relativa)⁵ dos 'ambulantes' através de uma prática cotidiana: a guerra travada diariamente contra a política repressora dos primeiros⁶; que não querem perder um espaço, onde exerceram o monopólio, desde o tempo em que a capital do Rio Grande do Sul estava nos primórdios de sua formação.

Comerciantes e estado: uma aliança duradoura e lucrativa

O surgimento do comércio na Rua da Praia (atual Andradas) se confunde com a origem da própria Porto Alegre. Antes mesmo desta ser considerada como cidade pelo império (1822) já apresentava um núcleo comercial incipiente às voltas da alfândega (hoje Praça da Alfândega), responsável pela arrecadação de impostos das mercadorias que chegavam e saíam do porto da futura metrópole.

Saint-Hilaire ao visitar Porto Alegre em 1820 descreve:

A Rua da Praia, que é a única comercial, é extremamente movimentada. Nela se encontram numerosas pessoas (...). É dotada de lojas muito bem instaladas, de vendas bem sortidas e de oficinas de diversas profissões (1987. p. 43).

Já naquela época as casas comerciais se instalavam nas imediações da Rua da Praia (atual av. dos Andradas) sobretudo a Marechal Floriano, a Sete de Setembro, a Voluntários da Pátria e adjacências. Esta concentração no centro da cidade era caracterizada pela pequenez dos estabelecimentos. Somente a partir da década de 70, do século XIX, ocorre uma relativa especialização de comercialização de certos produtos.

Em 1858 surge uma agremiação para garantir os interesses da classe dos comerciantes porto-alegrenses: A Praça do Comércio. Tinha como funções determinar os preços das mercadorias e o valor de troca da moeda através do Banco da Província. Muitos dos associados da Praça, além de ditarem as regras da vida econômica de Porto Alegre, ainda gozavam posição de destaque no certame político com cargos no legislativo e executivo, tanto a nível municipal quanto estadual (ver nota 10).

⁶ "A ordem local funda a escala do cotidiano, e seus parâmetros são a co-presença, a vizinhança, a intimidade, a emoção, a cooperação e a socialização (...)." SANTOS, Milton, *A Natureza do Espaço, técnica e tempo razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 272. Aqui esta idéia é metamorfoseada, no original a contradição à ordem local é a globalização, pra nós é o capitalismo e todas as instituições responsáveis pela sua administração e vigência.

Através da Praça do Comércio – mais tarde conhecida como Associação Comercial de Porto Alegre (ACPA) – a classe dos comerciantes tinham (e ainda tem) um poderoso instrumento de negociação com as representações políticas locais. Há inúmeros exemplos, no transcorrer de sua atuação, de várias requisições e até de contribuições diretas em dinheiro para a realização de projetos que contemplassem seus interesses.⁷

Um dos grandes associados e mantenedores da ACPA é uma das lojas mais significativas e tradicionais de Porto Alegre: as Lojas Renner. Começa sua atividade comercial a partir do desenvolvimento de seus estabelecimentos industriais, consubstanciada nos anos 20 e 30. Foi a única, das grandes lojas das que surgiram no início do século passado, que conseguiu sobreviver à concorrência “de novos espaços que abrigam um mesmo tipo de mercadorias mas que oferecem concomitantemente, outras alternativas de comércio, bem como possibilidades múltiplas de lazer” (MACHADO, 1998, p. 303), os shopping centers. Uma das Renner é localizada na Rua Otávio Rocha dentro do território que foi sendo formado e cristalizado nas mãos dos lojistas: o quadrilátero central (entre as ruas dos Andradas, Caldas Júnior, Doutor Flores e Mauá), onde trafegam milhares de possíveis consumidores diariamente. A mesma também é associada à Câmara de Dirigentes Lojistas de Porto Alegre (CDL), fundada em agosto de 1960.⁸

Com o aumento do mercado informal no centro de Porto Alegre, provavelmente no final da década de 80, a classe lojista, através de suas representações, vendo seu território ameaçado passa a cobrar da administração municipal ações para

⁷ Entre 1899 e 1901, os comerciantes porto-alegrenses, registravam descontentamento geral pela fraca repressão exercida pelos órgãos federais ao contrabando vindo do Uruguai e Argentina. Em julho de 1899 delegados da Praça do Comércio juntamente com um representante do governo estadual conseguem da administração federal a regionalização do controle aduaneiro. Para tornar a repressão mais eficiente, a Praça chegou a repassar diretamente ao governo estadual grande quantia em dinheiro. Em outro momento (1919) suas reivindicações são decisivas para a encampação da Viação Férrea (administrada por uma empresa belga), acusada de má administração o que causava diversos contratemplos ao comércio em geral na província. Mais notavelmente, recebem a doação de um terreno, da Prefeitura Municipal, para a construção de sua sede e conseguem junto à Assembléia do Estado a criação de um tributo sobre toda mercadoria exportada nos portos de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande para a construção do Palácio do Comércio; terminado em 1940 e que hoje abriga a Federasul. (FRANCO, 1983. p. 50-53.)

⁸ A CDL“(...) nasceu da necessidade de troca de informações entre os lojistas, da ação coordenada na defesa de seus interesses e da necessidade do contínuo aprimoramento empresarial.” (Pág. web: <http://www.cdlspe.com.br/indexie>). Para a defesa destes interesses a CDL oferece a seus associados o Serviço de Proteção ao Crédito, o de proteção ao Cheque, além de cursos de formação tanto a comerciantes como a comerciários.

coibir a instalação da concorrência crescente representada pelos ambulantes ou “invasores”. De acordo com dados da própria Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio (SMIC), estima-se que, atualmente, mil e duzentas (1200) pessoas pratiquem a economia informal, além dos quatrocentos e vinte (420) camelôs cadastrados localizados em frente à Praça XV⁹.

É a CDL, juntamente com o SINDILOJAS¹⁰, que fazem pressões sistemáticas à Prefeitura de Porto Alegre, para esta efetuar a repressão do comércio informal através da Divisão de Fiscalização da SMIC.

Guerra de classes: ambulantes x prefeitura/lojistas

Através do discurso, são criadas técnicas e estratégias para garantir a exclusividade do espaço compreendido pelas ruas dos Andradas, Caldas Júnior, Doutor Flores e Mauá. Assim, o Estado protege o território lojista dos “invasores” que pretendem “privatizar a via pública”. Foucault com seus estudos sobre as micro-relações de poder, constatou que não há relação de poder sem a constituição de um saber, uma técnica, uma estratégia de dominação. É o que ocorre atualmente, o SINDILOJAS, a CDL e a Secretaria de Planejamento da Prefeitura, através de seus tecnocratas criaram o Programa de Revitalização da Área Central de Porto Alegre com o objetivo declarado oficialmente de trazer o “desenvolvimento econômico e cultural da cidade e de estimular o turismo”¹¹, assim genialmente dissimulam uma estratégia de perpetuação de seu território. Este programa lhes dá legitimidade perante a opinião pública de reprimir os ambulantes e de criar um cordão sanitário no quadrilátero central.

Esta aliança contemporânea entre lojistas e prefeitura municipal mostra a continuação e a renovação da confluência entre poder público e poder privado, relatados logo acima.

⁹ Dados apresentados na imprensa local (Zero Hora e Correio do Povo) durante o primeiro semestre de 2002.

¹⁰ Estas citadas são as que fazem uma pressão mais “legítima” sobre o poder público, note-se o montante de arrecadação que os seus associados disponibilizam à administração municipal. Mas, na verdade, são várias entidades, representando diferentes setores da sociedade porto-alegrense e sul-rio-grandense, que clamam pela saída dos “invasores”: como a Associação dos Moradores do Centro, o Sindicato dos Comerciantes, a Fecomércio e a Federasul (representação estadual das associações comerciais e entre elas está a ACPA).

¹¹ Declaração do então presidente do SINDILOJAS, José Alceu Marconato no Jornal Correio do Povo de 14/11/2001.

O Programa de revitalização do centro prevê: (Fig 1):

- fiscalização ininterrupta (durante o horário comercial), para garantir o controle absoluto do território lojista, conseguido graças ao aumento do efetivo dos agentes de fiscalização e de policiais militares¹²;
- instalação de câmeras;
- instalação de parquímetros, as áreas azuis (o que além de dificultar o trânsito de ambulantes traz a possibilidade da administração municipal aumentar sua arrecadação);
- liberação de algumas vias, dentro do perímetro já citado, para o trânsito de táxis-lotação.

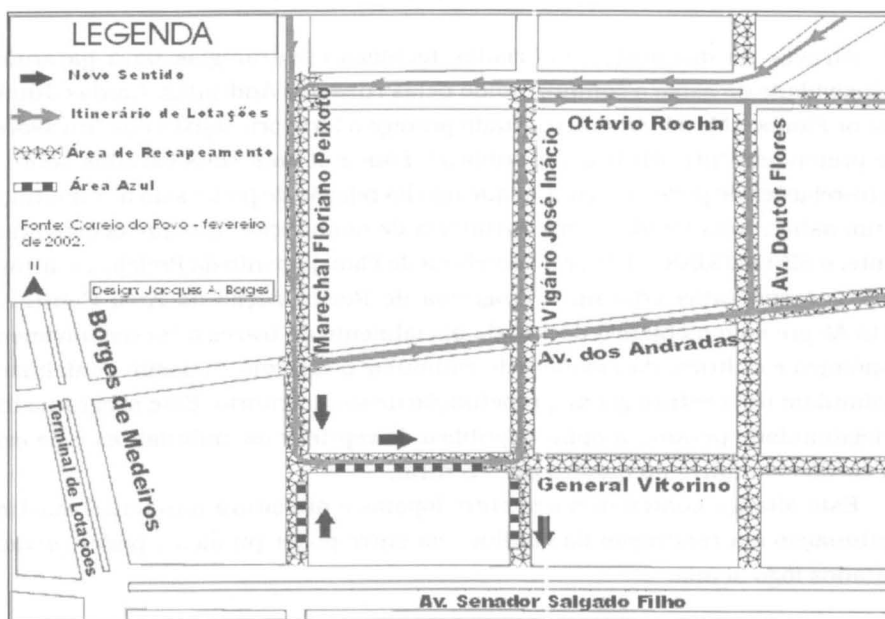


Figura 1 – Alterações no trânsito da área observada (documento sem escala no original)

Uma questão contraditória se coloca aí. Visto que o Programa tem por finalidade “retomar o centro para seus cidadãos”, e é o mesmo que prevê, como verificado logo acima, abri-lo para o tráfego de táxis-lotação, responsável pelo transporte de *cidadãos*

¹² O contingente responsável pela fiscalização, controle e repressão dos ambulantes cresce anualmente. Em 1997 a SMIC contava com 20 fiscais, em 1999 eram 30, em 2000 aumenta para 50. E em maio de 2002 são efetivados (mês das mães e de esperança de lucros para os lojistas) mais 40 agentes de fiscalização e 20 guardas municipais. Além do efetivo variável de Policiais Militares disponibilizados ao controle do quadrilátero central, garantindo a “ordem” e “evitando agressões”.

mais do que seletos. Os ambulantes atrapalham o ir-e-vir dos transeuntes, mas o trânsito dos lotações, não. Além de dar primazia ao veículo motorizado, esta prática, por si só, revela a faceta pequeno-burguesa do Programa.

Atualmente, o centro de Porto Alegre voltou ao *normal*. Há um controle maciço (ver nota 14) do “quadrilátero central”. Através de visitas (abril e maio de 2002) ao local foi verificada a disposição de fiscais e de policiais militares em locais estratégicos nas proximidades das grandes lojas¹³ (fig. 2). Os próprios ambulantes contam que sempre houve apreensões de mercadorias, mas que nos últimos meses esta prática tem recrudescido drasticamente, assim como a impossibilidade de colocarem suas bancas na área disputada.

Este controle *total*¹⁴ exercido pelos lojistas de seu território teve data marcada para ocorrer. A partir das baixas vendas verificadas pela CDL em dezembro de 2001, a mesma cobra da administração municipal medidas mais enérgicas. Como fica bem explícita na fala do presidente Atilio Manzoli Júnior: “Queremos o Centro da cidade de volta. Não é mais possível trafegar e não há segurança.” Registrada na mesma época, no jornal Correio do Povo.

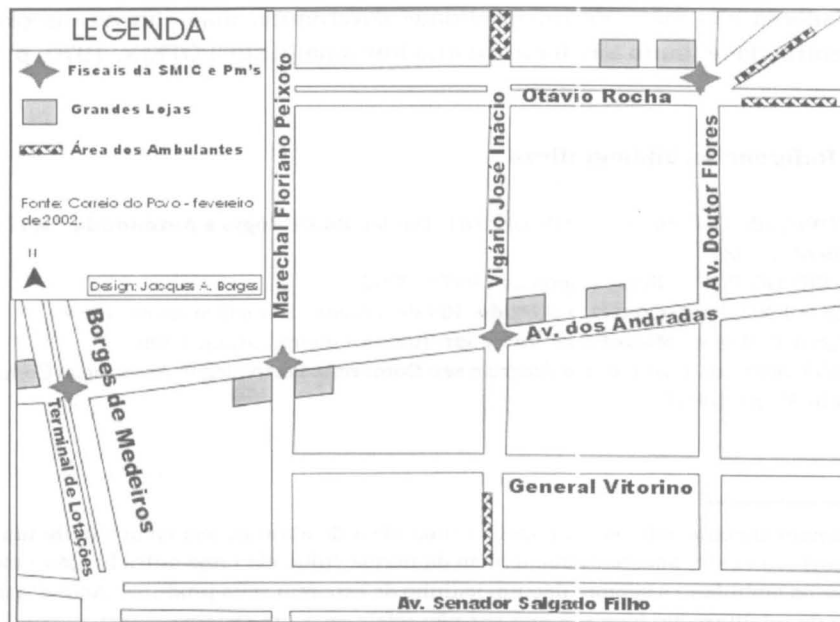


Figura 2 – Fiscalização, lojas e ambulantes (documento sem escala no original)

¹³ Renner, C&A, Aduana, Marisa, Gaston, Multisom.

A territorialidade 'ambulante'

Durante todas estas tentativas de 'limpar' o centro, se verificou a revolta, a resistência e a recusa por parte dos ambulantes de abandonarem as calçadas porto-alegrenses. Foram registradas e vivenciadas passeatas, ocupações tanto da prefeitura quanto da sede da SMIC, bloqueio de ruas, explosões de raiva e de indignação que foram – eventualmente – descontados em fiscais e policiais militares.

Mesmo com algumas vitórias pontuais alcançadas nestes confrontos, atualmente os ambulantes vêm sofrendo a perda e a impossibilidade de usufruir um espaço que, pelo menos por enquanto, não tem perspectivas de democratização.

Apesar de tudo, a sua maior vitória como classe, seja o próprio ato de recusa aos lugares permitidos à sua sobrevivência; a criação e a defesa de uma atividade autônoma e supridora de suas necessidades; e a resistência frente à força colocada para seu estrangulamento. Assim, os 'ambulantes' forçam novas 'grafias', mesmo cíclicas e temporárias, apontando para a possibilidade de novas sociabilidades no espaço e novas formas de gerenciá-lo, quiçá anarquicamente. Kropotkin coloca muito bem: "Tornou-se portanto evidente que o progresso na vida social não deve ser procurado na direção de uma concentração de poder e de funções reguladoras nas mãos de uma entidade governante, mas sim na direção da descentralidade, tanto territorial quanto funcional" (KROPOTKIN, 1970, p. 51).

Referências bibliográficas

- CASTORIADIS, Cornelius e COHN-BENDIT, Daniel, **Da Ecologia à Autonomia**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CORREIO DO POVO. Reportagens de 1997 a 2002.
- FEYERABEND, Paul. **Contra o Método**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.
- FOUCAULT, Michel, **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- FRANCO, Sérgio da Costa, **Porto Alegre e seu Comércio**. Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre, 1983.

¹⁴ Gramaticalmente este termo remete a uma idéia de abrangência completa de um todo qualquer. Já neste caso, tentando ir além da norma culta, ela toma outra função - mesmo porque os ambulantes sempre dão um jeitinho de exporem seus produtos. Aqui abrange a noção de totalitarismo (que por sua vez não refere-se à um sistema governamental anti-democrático); lembrando a tese central de Marcuse ao denunciar a tendência totalitária do aparato produtivo da sociedade industrial, onde a tecnologia "serve para instituir formas novas, mais eficazes e mais agradáveis de controle e coesão social (...) a sociedade tecnológica é um sistema de dominação que já opera no conceito e na elaboração de técnicas." (MARCUSE, 1979. p.18-19.).

- GONÇALVES, Carlos Walter Porto, A Territorialidade Seringueira. Geografia e Movimento Social. in **Geographia n. 2**. Universidade Federal Fluminense: 1999.
- GUATTARI, Felix, **Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- KROPOTKIN, Piotr. **Anarchist Communism** in Kropotkin Revolutionary Pamphlets, ed. Roger Baldwin, Dover, Nova Iorque, 1970.
- MACHADO, Nara Helena Naumann, **Modernidade, Arquitetura e Urbanismo: o Centro de Porto Alegre (1928-1945)**. Tese de doutorado. Porto Alegre: PUC, 1998.
- MARCUSE, Herbert, **A Ideologia da Sociedade Industrial**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- MAY, Todd, **Pós-estruturalismo e Anarquismo**. In: www.sabotagem.cjb.net/livros/P/pos_estrutura_anarq.pdf (acessada em 10/09/2003).
- SAINT-HILAIRE, Auguste de, **Viagem ao Rio Grande do Sul**. trad. de Adroaldo da Costa. Porto Alegre: ERUS, 1987.
- SANTOS, Milton, **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- _____. **A Natureza do Espaço, técnica e tempo razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- TRAGTEMBERG, Maurício, **Reflexões sobre o Socialismo**. São Paulo: Moderna, 1986.
- VACCARO, Salvo, **Foucault e o Anarquismo**. Página da Web: www.sabotagem.cjb.net/livros/F/foucault_e_o_anarquismo_-_vaccaro.pdf (acessada em 10/09/2003).
- ZERO HORA. Reportagens de 1992 a 1995.